

## **Catástrofe, luto e memória: narrar para elaborar as metamorfoses das cidades**

Catastrophe, mourning and memory: narrating to elaborate the metamorphoses of cities

Brida Emanoele Spohn Cezar; Luis Artur Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

### **RESUMO:**

Nosso tempo é marcado pelo adensamento das catástrofes presentes e passadas, assim como pelos desafios de narrar tais eventos traumáticos em busca de reparação e elaboração. O presente ensaio experimenta uma reflexão conceitual e sensível sobre nossos encontros com as vertigens das sucessivas desterritorializações urbanas e suas relações possíveis com os corpos que envelhecem nas cidades. O compromisso ético com a memória da catástrofe reside neste desafio paradoxal de trabalhar a favor da lembrança e do esquecimento, visto que, por um lado, os eventos estão ameaçados de soterramento e aniquilação e, por outro, exigem um esforço de elaboração e transmutação. A lembrança, nesta perspectiva, não está comprometida com a tentativa de reiterar o longínquo adormecido; trata-se antes de trazer à tona as multiplicidades inatuais para complexificar o presente em sua duração. O que está em jogo é a ferida que sobrevive, reivindicando não o resgate da paisagem, mas a produção de um desvio a partir das ruínas que já não podem mais ser ignoradas. Liberar o passado para a criação: desafio daqueles que se debruçam sobre as cinzas para viver o luto e ultrapassá-lo, afirmando uma posição de travessia que acompanha as metamorfoses das cidades.

**Palavras-chave:** catástrofe; memória; cidade.

---

### **ABSTRACT:**

Our time is marked by the densification of present and past catastrophes, and for the challenges of narrating such traumatic events in search of reparation and elaboration. This essay attempts a conceptual and sensitive reflection on our encounters with the vertigo of successive urban deterritorializations and their possible relationships with bodies that age in cities. The ethical commitment to the memory of the catastrophe resides in this paradoxical challenge of working in favor of remembering and forgetting, since, on the one hand, the events are threatened with burial and annihilation and, on the other hand, they demand an effort of elaboration and transmutation. Remembrance, in this perspective, is not committed to the attempt to reiterate the sleeping far away, it is rather a question of bringing out the inactual multiplicities to complexify the present in its duration. What is at stake is the wound that survives, claiming not the rescue of the landscape, but the production of a diversion from the ruins that can no longer be ignored. Releasing the past for creation: a challenge for those who dwell on the ashes to experience mourning and overcome it, affirming a position of crossing that accompanies the metamorphoses of cities.

**Key-words:** catastrophes; memory; city.

---

*DOI:10.12957/mnemosine.2023.76208*

---

### **O que podem as narrativas das catástrofes?**

O que as imagens da catástrofe revelam sobre nós e sobre os tempos que vivemos? Quais os movimentos que vislumbramos no sentido dos seus desdobramentos e quais as estratégias que produzimos para o seu enfrentamento? Quais são as medidas do excesso que delimitam fronteiras entre o cotidiano e o trágico em nossos modos de existir? A catástrofe pode ser compreendida enquanto uma experiência coletiva de dilaceração aguda dos modos de existir de modo a provocar rupturas radicais em ecossistemas, cotidianos, estilos de vida, memórias, etc., trata-se de um acontecimento que desterritorializa em vertigem sem ampliar as possibilidades do existir, muito antes pelo contrário, faz das virtualidades um campo rarefeito e rígido, reterritorializando tais modos de existência em uma atualidade que se apresenta como eterna e inevitável (KRENAK, 2019). A promoção do cultivo de refúgios em meio aos destroços (TSING, 2019) para podermos tecer paraquedas coloridos que nos tornam capazes de experienciar a queda para além da negação e desespero (KRENAK, 2019) é um dos grandes desafios com os quais nos confrontamos quando nos dedicamos a pensar a seguinte questão: como narrar, experienciar e lembrar a catástrofe?

É urgente que façamos aqui uma ressalva: a catástrofe não é apenas o evento raro que emerge intempestivo confrontando os ritmos cotidianos, ela também faz parte do nosso dia a dia, é matéria da construção das vidas em nossas cidades tomadas por violências naturalizadas as quais, muitas vezes, nos impedem de reconhecer o trauma constituinte de nossas urbanidades (COSTA et al, 2021). Em especial no contexto dos territórios colonizados, fortemente marcados pelas políticas de inimizade (MBEMBE, 2017), cada fronteira urbana a segmentar propriedades e decretar (im)possibilidades de acesso, cada destruição/ construção das paisagens citadinas, cada aceleração na desterritorialização dos modos de vivermos juntos nas urbes, são feridas abertas de grandes catástrofes coletivas naturalizadas na paisagem e negadas de nossa memória por meio de narrativas que as apresentam enquanto aceitáveis ou até mesmo desejáveis. Para compreendermos tal dimensão cotidiana das catástrofes, basta lembrarmos dos processos de construção dos núcleos urbanos (fundados por meio de invasões e massacres no continente americano) ou ainda dos seus processos de modernização com os famigerados “melhoramentos” que destruíram milhares de lares e forçaram inumeráveis vidas para as periferias urbanas por meio de remoções em massa “justificadas” pelo poder público como necessárias para a abertura de avenidas, construção de elevadas, regularização de praças e moradias consideradas inadequadas aos padrões civilizatórios (restritos aos centros das cidades), entre outras estruturas urbanísticas erguidas pela e para a exclusão de grande parcela

da população das zonas centrais urbanas durante os séculos XIX e XX (SOUZA, 2005; VIEIRA, 2017), catástrofes das quais percebemos as nítidas repercussões de tais eventos até nossos tempos nos cotidianos das cidades em suas segregações e desigualdades como marcas dos traumas concretadas em “monumentos ao progresso”.

A circunscrição da catástrofe é uma operação de grande relevância em qualquer coletivo, afinal, apenas por meio do gesto de nomear e valorar o acontecimento catastrófico enquanto existente e excessivo (inaceitável, violento, destrutivo, trágico) a um só tempo é que podemos erigir tanto estratégias de resistência diante deste (para dirimi-lo e/ ou evitá-lo ao máximo), quanto estratégias de elaboração do que antes vivemos e que agora faz parte imanente de nós mesmos. Chinua Achebe, em dois ensaios (2012a; 2012b), nos traz a relevância das duas operações diante daquilo que transgride e agride nossas vidas coletivas: o nomear (2012a) e o reconhecer/ lembrar (2012b). O nomear é uma forma de fazermos-nos sensíveis à catástrofe vivida, impedindo que a mesma seja invisibilizada por operações de nomeações como “todo mundo”/ “sempre foi assim” (que negam/ naturalizam tanto as violências quanto os privilégios como parte da paisagem, impedindo-os de serem destacados da trama da vida enquanto construções coletivas não necessárias) e “ninguém” (que nega/ invisibiliza a presença dos agentes da violência, tratando esta como um evento sem possibilidade de responsabilização). Nomear a catástrofe, assim, nos permite a produção de uma narrativa na qual podemos vivê-la/ elaborá-la, construindo uma trama de afetos, imagens, palavras, gestos, que deem corpo sensível-inteligível coletivo à experiência, assim como nos possibilita erigir agências diante do evento catastrófico, viabilizando a busca por reparações e responsabilizações na articulação do luto com a luta. A operação do reconhecer/ lembrar a catástrofe, por outro lado, soma-se às políticas do narrar (COSTA, 2020) anteriores, cultivando uma relação de dobra (DELEUZE, 2005), de inquietude consigo (FOUCAULT, 2004), pela qual reconhecemos/ fazemos do evento odioso parte imanente de nós mesmos, assumindo a complexa trama impossível e paradoxal que nos constitui para que possamos, então, fazer destes eventos passados outros acontecimentos por vir em uma ética do esquecimento (NIETZSCHE, 2009) que se debruça delicadamente (klinos) sobre os destroços das nossas vidas em busca da promoção de desvios (clinamen) que potencializem as possibilidades de possibilidades ao modo daquelas artes que modulam a destruição em invenção: o digerir, o fermentar, o cultivo dos fungos, etc..

Nos dedicaremos neste ensaio a percorrer algumas potências do narrar às catástrofes enquanto estratégia de luto, digestão, fermentação dos traumas constituintes de nossos cotidianos urbanos, apostando na construção de uma ética da memória que paradoxalmente

articule o lembrar e o esquecer, viabilizando lutos para além de ressentimentos melancólicos e negações narcísicas. Reconhecer, narrar, o vivido, como modo de invenção de um por vir e de reparações, sem recairmos na posição de reconstruir a vida perdida em uma recusa do devir (melancolia), ou ainda, sem reiterarmos as negações narcísicas (GONZALEZ, 1984; BENTO, 2022) das muitas catástrofes da colonialidade, afirmando-as como inexistentes ou enquanto “progresso”. Como podemos nomear, reconhecer, lembrar e reinventar quem somos em nossas cidades sem tentar aplinar as farpas, negar as feridas ou simplificar os paradoxos?

### **Sobre catástrofe, luto e memória: é possível vida em meio aos destroços?**

O abalo a que são submetidas as vidas que presenciam o desastre não se restringe apenas àquele cenário, alcançando inclusive os espectadores mais distantes e dispersos. No entanto, apesar da consternação advinda da constatação de que “há apenas um céu cobrindo toda a Terra: ou seja, estamos em contato imediato com o destino daquelas pessoas” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 14), isto não garante o reconhecimento de uma implicação capaz de mobilização. Do mesmo modo que uma tomada de posição não se sustenta necessariamente sobre um olhar atento à complexidade das situações, por vezes reduzidas a uma narrativa acerca do outro (KILOMBA, 2019) – seja ele uma comunidade ou um país – que não abarca a singularidade das suas perdas e da sua história. Os personagens que testemunham na carne a dor da devastação permanecem indiferenciados diante dos levantamentos estatísticos oferecidos pelo noticiário, são ocultados pela máquina veloz que registra, mas que não escuta, que enxerga, porém, não se detém. Os corpos que perambulam na lama em Brumadinho, ou no deserto do Atacama como nos mostra Patricio Guzmán no filme *Nostalgia da Luz* (2010), buscam os restos mortais deixados pelo rompimento de mais uma barragem em Minas Gerais e pela ditadura militar chilena. Do mesmo modo, se olharmos com atenção para nossas cidades, veremos em cada recanto a possibilidade de escavar suas virtualidades e fazer ver as feridas dos traumas que seguem a sangrar como catástrofes infinitivas e infinitesimais enredadas nos enredos dos cotidianos urbanos: os olhos cansados da trabalhadora em uma parada do ônibus que a levará até sua morada em uma afastada periferia, ressoa as invasões do continente americano, a escravatura, as demolições e remoções dos processos de modernização urbanos, etc..

Os sobreviventes interrogam-nos até quando estão em silêncio, pois a sua aparição carrega um apelo em relação à (in)visibilidade da destruição e da violência sofridas, além de uma insistência para que se estabeleçam as condições jurídicas, sociais e psíquicas imprescindíveis à reparação, ao luto e à travessia que lhe corresponde. O compromisso ético

com a memória da catástrofe reside neste desafio paradoxal de trabalhar a favor da lembrança e do esquecimento, visto que por um lado os eventos estão ameaçados de soterramento e aniquilação, enquanto que por outro exigem um esforço de elaboração e transmutação. Nietzsche (2009) irá atribuir a uma força plástica regeneradora esta capacidade de assumir a fatalidade das coisas, abandonando uma posição de impotência e ressentimento. Entretanto, tal deslocamento só é possível mediante a assimilação e digestão do vivido, situadas na contramão da negação narcísico-ressentida e da resignação que naturaliza o trauma enquanto paisagem banal. Caberia, então, indagarmos a psicologia a respeito de como ela opera (e se ela se ocupa com) esta ruptura entre a ruína e o ruminar, entre a promessa de conservação do mesmo e a abertura para o inédito imbricado na repetição. “É preciso brincar na vizinhança do desastre, como um funâmbulo qualquer”, afirma Didi-Huberman (2017, p. 56); contudo, equilibrar-se para manter-se de pé e à espera de um por vir já se constitui enquanto tarefa árdua e irrealizável para muitos dos atingidos. Como imaginar então um espaço de leve e insuspeita alegria?

Desde um lugar adultocentrado costumamos pensar a infância enquanto uma fase da vida ingênua e inconsequente, no entanto, podemos pensar também tal infância enquanto uma potência inventiva a qual podemos sempre cultivar por meio do brincar que não vive e avalia a vida enquanto dada ou por meio de produções/ resultados futuros, mas sim pela própria experiência coletiva do brincar como reinvenção de si e do mundo que coloca a morte para dançar (NOGUERA, 2019): essa prática que exercita uma ética ficcional (COSTA, 2014; COSTA, 2020) na qual assumimos a fragilidade e contingencialidade dos nossos contratos de modo a abrirmo-nos a refazê-los a cada momento (ACHEBE, 2021), assim como uma ética do lúdico, na qual os jogos narrativos não são valorados em função de resultados, mas sim pela fruição do seu processo inventivo. Assumirmos uma posição brincante, ficcional e lúdica, nas nossas práticas de narrarmos a nós mesmos é uma política narrativa que pode nos apresentar pistas acerca da ética da memória que buscamos aqui afirmar. A noção de jogo em Walter Benjamin está atrelada ao incontornável dismantelamento das formas instituídas de habitar o mundo e aos arranjos forjados na medida em que encara-se o instante e não mais a eternidade esfacelada (GAGNEBIN, 2018). A experimentação que não se quer espetáculo e sim manuseio e apropriação da matéria fragmentada favorece o surgimento de um desvio: em meio à precariedade encena-se a destruição consumada para conferir-lhe um sentido e um lugar, apostando-se que não há como superá-la sem antes tê-la carregado cuidadosamente no colo. A brincadeira, portanto, é portadora desta dimensão trágica e vital que impulsiona a transformação

a partir do seu próprio desenrolar: avizinhar-se do caos é também nele mergulhar, dispendo-se a trilhar e a inaugurar percursos anteriormente inexistentes.

As cidades podem ser percebidas enquanto grandes e complexos territórios brincantes: suas ruas são formadas e ocupadas por gestos que não se reduzem ao destino de um trajeto, falam de encontros e invenções a (de)formarem coletivos fugidios ou estabilizados em concreto. Um grupo que se reencontrou casualmente e está a conversar em uma esquina, uma animada mesa na calçada, um skate ou bicicleta que salta o meio-fio por diversão, um coletivo de slam a ferver a verve poética em meio aos fluxos do trabalho ou um artista das fachadas a questionar a fronteira do privado com seu spray em punho reinventando a paisagem, uma pessoa com os olhos perdidos na dança das nuvens no céu ou das formigas no solo, uma vagarosa senhora a recordar em passos miúdos quantas cidades vivera naquela mesma rua em suas oito décadas e a se perguntar por onde andarão os que antes ali caminhavam. Se tomamos nossos coletivos urbanos enquanto matéria expressiva, ficcional e lúdica passível de um brincar que os reinvente e relembre em um só tempo, talvez encontremos o tom ético desta experiência estética de uma memória paradoxalizada entre lembrar e esquecer. No contexto das cidades as fissuras sempre guardarão as marcas de uma coletividade, de um conjunto de moradores emaranhados em sua terra natal, de um grupo de viajantes despreocupados com as reviravoltas do local. Ao pensarmos em maneiras de intervir junto a estas realidades deparamo-nos com o convite e a oportunidade de andarmos acompanhados, ampliando a nossa capacidade de percepção para os rastros que persistem nas paisagens esburacadas e que suportam em sua sutileza a concretude dos enredos e cotidianos outrora compartilhados. Ouvir as vozes ameaçadas de desaparecerem na obscuridade é aceitar participar da composição de um novo de narrativas entrelaçadas, comprometendo-se a discutir sobre os seus efeitos e meios de transmissão.



**Foto 01:** Fonte: Zero Hora, Porto Alegre/RS, 25/01/2019.

A fotografia não mascara o desmonte provocado pelo rompimento de mais uma barragem de rejeitos acumulados no estado de Minas Gerais, ela o explicita, assim como a gravidade dos danos suscitados. Os vagões utilizados para transportar o minério de ferro encontram-se estagnados, foram arremessados da estrada, todavia, o que nos interessa de fato são os trilhos interrompidos: como seguir adiante quando os destroços encobrem e obstruem a passagem? Encorajar-se para buscar uma saída parece demasiadamente pesado para quem ainda não se despediu dos seus mortos e viu assegurados os seus direitos. Os habitantes de Bento Rodrigues, alojados provisoriamente há mais de cinco anos no centro de Mariana, visitam suas antigas casas e inscrevem nas paredes da escola do vilarejo o seu desalento e aflição: quando enfim lhes devolverão o que lhes roubaram? A população identifica no Rio Doce contaminado a brutal asfixia dos seres vivos e da sua principal atividade de trabalho e fonte de subsistência, a pesca, ao passo em que Brumadinho convive diariamente com um grande cemitério a céu aberto onde os desaparecidos se misturam com a lama um pouco mais a cada semana. As consequências de tais acontecimentos não são mensuráveis por completo, uma vez que para compreendê-las será imprescindível estar lado a lado com as vítimas por gerações, reconhecendo e acolhendo suas demandas como parte dos processos de reparação e responsabilização, afinal ainda que a empresa (com seus técnicos, gestores, acionistas) e o poder

público devam ocupar uma posição jurídica enquanto algozes das pessoas vitimadas pela catástrofe, não podemos negar nossa necessária vinculação na construção coletiva da catástrofe. Ajudar estas populações dilaceradas pela lama plena de rejeitos do “progresso” e da “modernização” a traçar um novo caminho, que não venha a substituir o anterior (dado que é impossível), mas que se proponha a reconectá-las com uma perspectiva de futuro a partir do presente, carecerá de tempo e espaço para que as imagens perdidas assumam novas posições desde a agência desta comunidade.

A recordação envolvida com a pilha de escombros acumulada sobre as ruas, prédios e calçadas hoje ocultados irrompe de forma “assistemática, aleatória e incoerente” (ASSMANN, 2011, p. 173), justamente porque a experiência, ao se distender, apaga e conserva os seus rastros simultaneamente. É como a criança posicionada sobre o tablado mecânico do carrossel referido por Benjamin (2017), que a cada novo giro interfere rasurando os anteriores, necessitando reencontrar em suas margens o horizonte igualmente movido aos solavancos. O palimpsesto, designação do efeito produzido em um pergaminho na medida em que ele é raspado e reutilizado, abrindo-se ao agora sem conseguir extinguir totalmente os vestígios do passado, ajuda-nos a entender o caso da memória e da cidade no que diz respeito à sobreposição de suas camadas. Elementos oriundos das antigas configurações dos lugares sobrevivem espalhados, reclamando por olhares que sejam capazes não só de apreendê-los como de incorporá-los aos projetos das futuras gerações. A destruição provocada tanto pelas catástrofes quanto pelos processos de urbanização e remoção acarretam numa impossibilidade de apagamento completo das ruínas, visto que os estilhaços desprendem-se e são arrastados pela correnteza que avança, seguindo a dilacerar corpos em suas ressonâncias presentes. Apesar de serem deixados numa espécie de limbo da história e da cultura, por meio da negação brutal ou da naturalização resignada, há existências que resistem ao destino do apagamento que lhes foi impingido pela imagem espetaculosa do “progresso”: para além desta luminosidade colonial que se quer farol, tais vidas resistem criando, à maneira dos vaga-lumes, pequenos lampejos e movimentos na tentativa de oferecer abrigo aos seus corpos e lembranças no paradoxo do lusco-fusco no qual coabitam a fragilidade e a potência. Será possível potencializar tais resistências de modo a não apenas resistir diante dos escombros da catástrofe, mas seguir existindo ao cultivar novas vidas em meio a tais destroços, tomando-os como territórios para novas invenções e reparações possíveis?

**As cidades e as idades: digerindo o trágico de cada dia.**



Quantas camadas de uma mesma cidade os seus antigos moradores não atravessaram testemunhando os desmoronamentos e as metamorfoses impostas às paisagens ao longo do tempo? Quantas montagens e desmontagens não presenciaram enquanto o progresso fabricava ininterruptamente suas promessas e ruínas? Quantas vozes ainda podem ser ouvidas no meio do caos onde motores, buzinas e gritos ofuscaram as narrativas das sobrevivências e dos desaparecimentos que necessitam de escuta para serem digeridos? Os sujeitos que envelhecem em nossas sociedades capitalistas são capturados por sistemas de visibilidade-dizibilidade que os transformam em questão social: seu anacronismo diante de uma lógica do capital fundamentada na produção e aceleração, fazem com que a tais pessoas idosas sejam vacinados dois destinos: ou incorporam-se em uma série de atividades (preferencialmente de consumo) para demonstrarem-se “jovens”, “ativas”, ou irão ser alocadas no lugar narrativo do “velho”, daquele que não vive mais em seu tempo e, por isso, torna-se tema de preocupação e/ou abjeção de uma sociedade obstinada com um ideal de eu fincado no modelo de um jovem adulto, ágil, atlético, branco, cishetero e masculino. Deste modo, por não se enquadrarem nos parâmetros produtivos e libidinais das sociedades capitalistas moderno-coloniais, há muito pessoas idosas são destacadas por práticas de governamentalidade disciplinares (asilamento), biopolíticas (promoção de certos modos de vida) e necropolíticas (o agudo fazer morrer da completa ausência de condições de vida para as pessoas idosas subalternizadas em nosso continente). O imperativo colocado é que tais pessoas devem seguir compondo com os ritmos acelerados dos processos de produção-consumo-espetáculo da lógica capitalística e sua constante desterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 2010): não podem se permitir a vertigem, o desencontro, a fuga ou o desvio, tampouco podem manter pontos de referência considerados antigos ou ultrapassados. Caso não deem conta de tais imperativos, tornam-se objeto de governo, tutela, infâmia, apagamento, aniquilação. Em meio a tal contexto etarista usual em nossa sociedade, existe uma dimensão das narrativas e cotidianos urbanos que se faz nítida enquanto questão para nossas práticas ético-estético-políticas de construção dos coletivos: em meio a cidades velozes em seus processos de transformação, como assumirmos uma posição para além da ode desenvolvimentista com seus processos de verticalização, gentrificação, aceleração, etc., mas sem recair na lógica criogênica do patrimônio e sua dinâmica monumental e melancólica de sacralização do vivido?

As pessoas idosas sofrem com a atordoante descontinuidade das linhas que compunham seus bairros e comunidades, vagando em meio aos edifícios que se multiplicam nos centros urbanos onde a especulação imobiliária assombra as moradias horizontais e áreas verdes

remanescentes. Se algumas árvores atravessam as décadas ao longo das avenidas, envelopando as marcas dos dias em suas cascas e raízes, isto se justifica ou pelo descaso ou pela funcionalidade que lhes foi concedida, jamais pela sua importância afetiva. Os pés que perambulam por regiões conhecidas o fazem sob a supressão e rápida substituição dos odores e ruídos, sofrendo com as constantes rupturas que assolam o cotidiano: tudo moveu-se e sem atender a qualquer promessa ou expectativa de duração que não seja aquela da ininterrupta variação, portanto, todas as inscrições e construções tornam-se frágeis e provisórias diante dos ventos impassíveis do progresso. O *Angelus Novus* de Paul Klee vira-se de costas para o futuro enquanto é arrastado em direção a ele, mantendo o seu rosto fixado no encadeamento sucessivo dos restos indigestos que se acumulam conforme a modernização ocorre se desvencilhando da devastação que lhe acompanha. O anjo “gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído” (BENJAMIN, 2016, p. 14), no entanto, é impedido de fechar as asas e recostar-se nas coisas perdidas, consideradas vencidas uma vez que rapidamente substituídas.

Poderíamos suspeitar de uma inclinação nostálgica preocupada apenas em consagrar o passado, resguardando-o de ser danificado e arranhado como se estivéssemos diante de uma obra rara. Contudo, a relutância em abandoná-lo permite-nos, por outro lado, encarar a relevância deste gesto de debruçar-se sobre as cinzas para viver o luto e ultrapassá-lo. Existe uma potência na recusa do presente (mesmo que levemente ressentida por sustentar-se em um gesto de dizer não) que não apaga as forças plásticas, muito antes pelo contrário, as complexifica ao adensar o presente com as virtualidades do passado e ao não adequar-se às projeções de futuro já instituídas como “naturais” ou “necessárias”. Neste sentido, tratar-se-ia de afirmar uma posição determinada a lembrar para esquecer, e não para salvar os fantasmas, uma memória voltada à abertura de possibilidades de invenções para além do que está posto nos trilhos do mercado, do progresso, do desenvolvimento, etc..

A finitude exige providências ao não ser mais ignorada como na cidade de Leônia de Italo Calvino (1990), onde a cada anoitecer tudo é descartado em nome das novidades que serão descobertas ao amanhecer. Os lixeiros removem a poeira da existência ao carregarem a mobília quebrada e as roupas amassadas, desaparecendo com os indícios da desordem e das pequenas mortes anunciadas. O que os moradores não comentam e não demonstram curiosidade de saber é que nos arredores da cidade crescem e se solidificam as montanhas dos detritos incontroláveis, a funcionarem como vulcões adormecidos prestes a entrarem em atividade e decretarem o colapso da metrópole renovada. Jogando fora o indesejável reiteradamente, simplesmente

afastando-o de si e conduzindo-o para destinos aparentemente inalcançáveis, engendra-se a conservação das formas conhecidas e banidas sem uma incorporação, o que diferencia os humanos dos animais que devoram as carcaças e desenvolvem enzimas para metabolizá-las.

*Os urubus, cobertos por seu manto negro, repousam no ponto mais alto dos prédios, de onde aguardam o próximo suspiro de despedida se pronunciar. Ao avistarem uma presa em potencial, não hesitam em decolar, percorrendo a carne fresca que antes de engolir haverão de destrinchar. As matérias em decomposição são secretadas, absorvidas e expelidas por este grande estômago que não apresenta indigestão frente aos cheiros e as texturas peculiares de sua refeição. Aos homens dificilmente ocorre tamanha reconciliação com a dimensão trágica e dionísaca da vida, as vestes do luto tornam-se cada vez mais raras e o fim vai sendo apartado, destinado a uma ilha reservada para o inanimado (CEZAR, 2018, p. 66).*

Se as metamorfoses não são desejadas e suportadas nestas tentativas de manutenção seja do novo seja do antigo, isto certamente nos mostra a que distância permanecemos da criação proporcionada pela elaboração, sem a qual não há a menor chance de esquecimento dentro da perspectiva nietzschiana. O recolhimento dos resíduos em prol de sua eternização ou do seu desaparecimento sistemático e repentino contribui para o entupimento do presente e do futuro, acarretando na formação de uma névoa que não se dissipa, dificultando a visão e o movimento. Porém, há situações em que o risco de obstrução e calcificação dos fluxos é revertido pela própria iniciativa de reutilização dos farrapos, sem que estes sejam submetidos a um inventário ou provoquem o sufocamento de uma atmosfera habitada por excessos incontornáveis. A arte, ao revirar o lixo, procede desta forma, seguindo na contramão dos valores instituídos pelo mercado e pelo arquivamento cultural, que definem seus parâmetros para distinguir o efêmero do durável. Ao apropriar-se de “tudo que não foi reconhecido historicamente” (ASSMANN, 2011, p. 426), ou que na redistribuição das fronteiras móveis das coleções deixou de ser considerado, enfrenta-se uma assombrosa massa de entulhos e retalhos famintos por imortalidade. O artista para consolidar uma memória que se oponha às sombras produzidas pelos discursos oficiais resgata resquícios sem o compromisso de conferir-lhes continuidade: escolhe-os cuidadosamente pelas suas intensidades para depois inseri-los em configurações embrionárias. Ao se debruçar sobre a pilha de escombros procura pelas fagulhas acesas que continuam interrogando o nosso presente e distendendo-o a partir de suas virtualidades.

As paisagens em nossa contemporaneidade parecem mais suscetíveis do que nunca ao estremecimento de suas margens, por fatores ambientais, sociotécnicos, éticos e políticos intrincados com as engrenagens do capitalismo. Isto nos sugere que além das catástrofes outros processos são desencadeados com o objetivo de acelerar a desterritorialização e fragmentar a reterritorialização das narrativas que tecem os espaços urbanos e suas diversidades: ao capital ofertar-se como comutador universal das reterritorializações, vemos processos de pasteurização

dos narrares para que se adéquem a uma narrativa única otimista que corre na direção de mil abismos a rasgarem a terra como se fora na direção da mais verde e consistente das pradarias. Os saltos exigidos diante dos abismos instaurados nas ruínas das catástrofes ao redor do mundo, denunciam os tempos que atravessamos e a importância de uma psicologia atenta aos rastros das existências vaga-lumes ofuscadas pela luz dos grandes faróis do desenvolvimento. Os sinais fugazes e intermitentes emitidos por elas atestam que a máquina não opera sem resistências, pois apesar de tudo os vaga-lumes formarão as suas comunidades luminosas (DIDI-HUBERMAN, 2011) e continuarão a dançar a noite, numa expressão de amor e amizade perturbadora para os gritos de incitação ao ódio e abjeção. O luto pelas imagens irrecuperáveis afundadas na concretude da lama em Minas Gerais, arrebatadas pela abrupta retirada dos trilhos da ferrovia em vários estados do país, ou ainda, pelos processos de aceleração, verticalização e gentrificação das cidades, irá perdurar enquanto a luta brincante for capaz de reinventar as superfícies rachadas, cultivando novas paisagens, impondo-lhes uma dobra.

*Nos enterros dessas cidades não há ritos funerários para facilitar o luto de seus cidadãos. Como em um campo de batalha, os corpos se desfazem a céu aberto, são destruídos pelo tempo e pelos vermes em seu labor necrófago de produzir vida e morte. Sob os olhos atônitos dos antigos habitantes, seus velhos amigos de carne e pedra vão sumindo sem pompas fúnebres: não há uma carreta pelo despecho das ruas em avenidas, não há festejos para o prédio caído entranhado na memória do primeiro beijo, do primeiro filme, do primeiro emprego. Eles simplesmente se vão, cedendo espaço a novas edificações que pouco ou nada recordam das anteriores, sem nem ao menos uma pequena fanfarra para testemunhar o fim e o recomeço dos lugares (CEZAR; COSTA, 2018, p. 215).*

Se a ideia do arquivamento de uma vida inteira, com a soma de todos os seus dias, soa como “pura utopia – ou pesadelo” (ASSMANN, 2011, p. 428), este texto se propõe a considerar que a vontade de potência muitas vezes é gestada no porão das recordações, onde afunda-se antes de emergir, mesmo que permeada pelo gesto frágil e teimoso de, mirando para o passado, recusar algumas das imagens preconcebidas do presente e do futuro, pois apenas assim, poderemos complexificar tanto nossos processos de desterritorialização quanto os de reterritorialização, multiplicando perspectivas e referências ao modo dos vaga-lumes substituindo os faróis na demarcação das referências dos ritos e ritmos do existir. Nada é anacrônico e ultrapassado ao mesmo tempo que nada é sacralizado e eterno, assim, nos resta problematizar e construir, coletivamente nossos passados, presentes e futuros para além de desígnios que se queiram necessários: somos convocados a tecermos nossos ritos e ritmos desde questões políticas, éticas e estéticas contingentes, que demandam a agência e responsabilidades coletivas. Falamos aqui de uma política da memória viva, que não se opõe ao esquecimento e invenção, mas que tampouco converge com os processos de apagamento e destruição daqueles

que vem apenas o lucro futuro e tentam apagar as marcas singulares dos territórios em catástrofes urbanas.

**Sobre anacronismo, memória e esquecimento para além e aquém dos trilhos do progresso.**

Os elementos anacrônicos que sobrevivem espalhados após a avalanche desencadeada pelos ideais de progresso e modernização, inesgotáveis no sentido de sua acelerada atualização e substituição, desprendem-se como estilhaços que recusam e ultrapassam o destino imposto à sua morada. O esgotamento (COSTA; MIZOGUCHI, 2018) de uma certa configuração dos ritos e ritmos de um território, e decorrente abertura a um brincar inventivo com seus destroços, resgatando-os do apagamento do “progresso”, convidam o corpo a instaurar desvios, não apenas para ver o que foi negligenciado pelos discursos hegemônicos do capitalismo moderno-colonial, mas também para acompanhar a sua travessia. Os rastros perceptíveis do passado não permanecem inalterados, eles se apresentam e (re)existem sob a forma de virtualidades que envolvem inclusive os lugares de memória consensualmente construídos, os quais "só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no silvado imprevisível de suas ramificações" (NORA, 1993, p. 22). Não há como salvá-los do abismo que os separa daqueles que os elaboraram ou atribuíram passagem, no caso das marcas concretas da cidade, impedidos que estavam de assegurar-lhes um fechamento ou uma identidade. A abertura que os assalta é a mesma que oferece a possibilidade de transpor a destruição e subverter a sua pretensa totalidade, esburacada pelas vozes e miragens que relançam ao mundo os seus próprios excrementos, prenes de criação e alteridade. A lembrança nesta perspectiva não está comprometida com a tentativa de repetir e reiterar o longínquo adormecido, trata-se antes de trazer à tona as multiplicidades inatuais que deixam de assombrar o presente para complexificá-lo em sua duração.

As vilas de ferroviários remanescentes, existentes em Porto Alegre, Santa Maria e Paranapiacaba, atestam a eclosão de uma variação inevitável ao passo que o seu elemento de sustentação é desarticulado: o trem de passageiros desaparece e com ele apagam-se do mapa trilhos e estações, as plataformas de embarque esvaziam-se e os moradores testemunham a abrupta despedida de seus antigos modos de vida, sincronizados com o ir e vir das locomotivas. Os pequenos aglomerados formados por trabalhadores aposentados, embora assegurem uma aparente continuidade, sofrem com o abalo dos contornos à sua volta, fomentados não só pela força da urbanização, com a especulação turística e imobiliária, ou ainda, pelas amarras das normas patrimoniais que lhes alienam da própria memória do território, assim como por meio do encontro com as gerações que não compartilham nem reconhecem a legitimidade dos seus

anseios e planos. Estes personagens caídos dos vagões perambulam à deriva nas ruas da vila, chocando-se com a experiência da ausência que não se apresenta enquanto vazio, e sim implacável reposição: para cada casa removida, outra erguida, para cada poste de luz de trilho apreendido, um de concreto introduzido, para cada vizinho perdido, um punhado de pertences mudos e lembranças inaudíveis. As ruínas narrativas (verbais, visuais, sonoras, olfativas, gustativas, táteis, arquitetônico-urbanísticas, cotidianas, paisagísticas) acumulam-se sem destinatário capaz de acolher as narrativas destas ruínas: tais memórias acham-se em perigo, e aqui refiro-me menos à roda que gira incessantemente embaralhando-as e por vezes até enfraquecendo-as, e mais ao fardo que esta montanha de restos indigestos pode impor ao homem que pretenda memorizá-las. Se nas três metamorfoses do espírito o camelo primeiro torna-se leão e depois criança, isto se deve ao fato de que um novo começo vem acompanhado pelo esquecimento que assume a fatalidade das coisas (NIETZSCHE, 2011).

Às quinquilharias opõem-se as relíquias de uma época, cuidadosamente separadas das primeiras e abarrotadas de sentidos, ocorre que a linha responsável por tal divisão é tão tênue a ponto de num deslize promover uma inversão: esse respeito pelo vestígio e essa suspeita de história com a qual impregnamos contemporaneamente o nosso olhar, fazem crescer e proliferar os "museus, arquivos, cemitérios e coleções" (NORA, 1993, p. 13) como estratégias utilizadas para responder ao que excede a capacidade humana de lembrar. A busca dos cacos desprezados ou revestidos pela intenção de conservação esbarra numa única constatação, a da interferência avassaladora do tempo sobre a matéria, porém, não concebida aqui em seu viés de degradação, e sim de abertura oferecida para a composição, o hibridismo e a invenção. De acordo com Didi-Huberman (2018, p. 18), basta "inclinar-se sobre um objeto singular para descobrir que ele renova, por sua complexidade intrínseca, todas as questões que ele reverbera". Há nesta concepção uma positividade com força suficiente para deslocar o caráter nostálgico e impotente do ressentimento, que nega a transitoriedade e o gesto de demorar-se não mais com a sua causa e sim com os seus efeitos. Se as paredes dos armazéns caem ligeiramente por terra, opondo-se aos esforços reiterados envolvidos com a sua manutenção, em contrapartida irrompem os sinalizadores do aeroporto que atravessam o cotidiano da vila com as suas luzes e os ruídos dos aviões. Parmiggiani (2013), ao narrar sobre o naufrágio da biblioteca queimada, irá chamar atenção para a potência do ato de dispersar, referindo-se à mobília e ao universo insuspeito que as suas sombras contêm. As marcas das estantes de livros, bem como os resquícios dos tijolos quebrados, instauram uma dúvida anteriormente inconcebível, devido aos ambientes cheios que foram despidos.

Ao desorientar uma cena em sua forma costumeira, esbarra-se com o inusitado: não somente pelos traços que emergem e se sucedem ao desaparecimento, como pela insistência e desdobramento das imagens perdidas, sempre passíveis de retorno às superfícies escaváveis. Os ecos que ainda ressoam por suas intensidades impõem o desafio de abrir os olhos, já que isto implica colocar-se "à escuta dos testemunhos" (DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 30), atribuindo-lhes uma existência no agora comprometido em rachar e distender o futuro. A recordação, ao extrapolar sua função de inventário, é capaz de transformar o contexto em que eclode, alterando os regimes de luz que incidem sobre determinados grupos e trajetórias, marcados pelo avesso do enquadramento da história oficial, ao qual permanecem ligados pela sua legitimidade não reconhecida.

As heterotopias (FOUCAULT, 2009), estes contra posicionamentos que se justapõem em um só lugar, ajudam-nos a pensar nos incontáveis conflitos e tensionamentos que permeiam a trama e o tecido das cidades, invadidas pelo novo tanto quanto interpeladas pelo antigo, pelo passado que reclama posição. Embora as pedras não resistam ao seu desenraizamento como as árvores e os homens, as narrativas que acumulam camadas sucessivas de um único espaço são capazes de prolongá-las e de multiplicá-las em seus versos: o que está em jogo é a ferida deixada, a marca que em forma de rastro sobrevive, reivindicando não o resgate da paisagem, mas a produção de um desvio a partir das ruínas que já não podem mais ser ignoradas. Por tratar-se de um universo compartilhado, seja ele a ferrovia, uma hidrelétrica ou uma barragem, os fragmentos acham-se espalhados, ultrapassando as fronteiras geográficas e identitárias: passageiros, moradores e maquinistas misturam-se na experiência cotidiana do embarque e da viagem adiados pelos trilhos deslocados.

Na medida em que a continuidade das linhas é rachada, algumas se bifurcam, outras se perdem num vazio indiferenciado, decretando o deslocamento dos fluxos até então engendrados pelas máquinas a vapor e das dobras cerzidas nos corpos que estiveram expostos a elas. Os trajetos são refeitos, tal como a teia da aranha é recomeçada a cada ventania ou vassoura que insiste em derrubá-la, oportunizando-lhe no abismo a saída em direção a um horizonte insuspeito, impossível de realizar-se sem a exigência imposta pelo acaso de andar à deriva, correndo os riscos da travessia. Importante ressaltar que neste vagar a percepção não se esvazia por completo de suas lembranças, ela as atualiza e, portanto, deforma, ao passo que se depara com as imagens atuais: a memória é a corrente que arromba a porta do nosso presente. Sua contradição consiste em relançar uma vez mais o que ficou para trás, embaralhando o tempo que se queria linear e arrastando com ele não só a certeza de uma " irremediável obliteração"

(BECKETT, 2003, p. 42), no sentido de restauração, como a abertura para a reconciliação com a dimensão trágica do anacronismo, esta faísca trêmula e incandescente. Liberá-lo para a criação, eis o desafio daquele que habita a espessura onde coexistem elementos heterogêneos, descomprometidos com as noções de ordem ou origem e pautados por uma ética do movimento, do provisório e do singular, como a existência mesma se apresenta.

### **Compromisso ético com a memória da catástrofe.**

“Os terrenos baldios das narrativas de progresso, tão frequentemente imaginados como sem valor, para nós eram de grande interesse” (TSING, 2022, p. 402). As ruínas produzidas pelas catástrofes importam tanto pela sua porosidade, capaz de acolher novas formas de vida em meio à precariedade, quanto pela complexidade dos seus entrelaçamentos com a morte, a memória e o esquecimento, “cuja atuação recíproca possibilita o movimento” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 138). O compromisso ético que assumimos é com a transformação do passado, sua digestão e variação, para que as lembranças não sejam soterradas e silenciadas e tampouco cristalizadas a ponto de serem consideradas relíquias apartadas do mundo – de seus encontros e acasos. A decomposição é considerada como uma operação de desterritorialização a partir da qual o por vir passa a ser gestado sem pressa e sem pesar enquanto a matéria e as imagens se desintegram, perdendo seus contornos e adquirindo outros irreconhecíveis: “os fungos podem gerar cogumelos, mas primeiro devem desfazer outra coisa” (SHELDRAKE, 2021, p. 251). Já não se trata simplesmente de tentar impedir a destruição ou de assisti-la nas bordas, permanecendo alheio aos seus efeitos, e sim de percorrer os canteiros assolados pelo desastre em busca dos recomeços que ainda aguardam debaixo dos escombros fabricados sem trégua pelo capitalismo.

“Decididamente o luto coloca o mundo em movimento” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 290), e é por isto que apostamos nas travessias, composições e rearranjos engendrados pelo narrar – em suas múltiplas formas e devires – para que as cidades e as subjetividades ultrapassem o lamento, a impotência e a vontade de vingança disseminados pelo ressentimento. “Superar o ódio contra o passar do tempo – com seus reveses e desatinos – é o caminho para a libertação do ressentimento” (GIACOIA, 2012, p. 94). Como podemos aprender a percorrer as paisagens com cuidado e delicadeza, sem a pretensão de salvá-las da catástrofe ou de devolvê-las a um período ultrapassado e inexistente? Como perseguir as linhas de errância e de deslocamento atentos ao ínfimo que insiste em brotar, renascer e florescer, apesar de tudo? “Eu vasculho a bagunça dos mundos-sendo-feitos, procurando tesouros – cada um deles singular e



improvável de ser encontrado novamente” (TSING, 2022, p. 366). A memória em seus itinerários se debruça sobre pequenos fragmentos, reunindo-os e dissipando-os novamente, como se a cada onda que avança em direção a areia conseguíssemos abraçar apenas algumas conchas dentre muitas que a água revela e torna a ocultar em suas profundezas. O trabalho é interminável e guarda sempre o encanto e o espanto do jogo paradoxal de aproximar-se e afastar-se simultaneamente, perder-se e reencontrar-se às voltas com o tempo das bifurcações, dos deslizamentos, dos retornos e recomeços que estão sempre à nossa espera. Basta aceitarmos o risco de nos movermos para além das margens colonizadas.

### **Referências**

- ACHEBE, Chinua. Dizendo nosso verdadeiro nome. Em: *A educação de uma criança sob o Protetorado Britânico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a., p. 60-71.
- ACHEBE, Chinua. A literatura africana como restabelecimento da celebração. Em: *A educação de uma criança sob o Protetorado Britânico*. São Paulo: 2012b., p. 111-125.
- ACHEBE, Chinua. *A verdade da ficção*. São Paulo: Editora Sobinfluencia, 2021. Disponível no site: <https://www.sobinfluencia.com/blog/categories/harlem>.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*. São Paulo: Unicamp, 2011.
- BECKETT, Samuel. *Proust*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Infância berlinense: 1900. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CEZAR, Brida E. S. *A ética da memória nos trilhos da ferrovia: narrativas poéticas de um processo de pesquisa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2018.
- CEZAR, Brida; COSTA, Luis A. O luto diante da tragédia das imagens. In: FONSECA, Tania M. G. et al. *Imagens do fora: um arquivo da loucura*. Porto Alegre: Sulina, 2018.
- COSTA, Luis Artur. O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Fractal*, revista de psicologia, v. 26 - n. esp., p.551-576, 2014.
- COSTA, Luis Artur. Narrar-se para se desgarrar do razoável: a ficção como dispositivo clínico-político ético-estético. Em: *Revista Paralelo 31*, ED. 15. Pelotas, dezembro de 2020; pp.180-207. Disponível no endereço eletrônico: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/paralelo/article/view/21006/12956>
- COSTA, Luis Artur; MIZOGUCHI, Danichi Hausen. Colapso: esgotamentos e passagens. Em: BARROS, Maria Elizabeth Barros de; MIZOGUCHI, Danichi Hausen; COSTA, Luis Artur (Orgs.) *Colapso clínico-político do comum na contemporaneidade*. Curitiba: CRV, 2018.

- COSTA, L. A.; CIDADE, D. M.; PAULON, S. M.; ROMANINI, M.; DA SILVA JÚNIOR, D. V.; RUSCHEL, G. N. B. A intimidade das ruas: fotografia e fronteiras do trauma urbano. *PORTO ARTE: Revista de Artes Visuais*, [S. l.], v. 26, n. 45, 2021. DOI: 10.22456/2179-8001.108824. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PortoArte/article/view/108824>. Acesso em: 27 out. 2022.
- DELEUZE, GILLES. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-édipo*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Remontagens do tempo sofrido*. Belo Horizonte: UFMG, 2018.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Levantes*. São Paulo: Edições Sesc, 2017.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. Em: *Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Sobre a noção de Spielraum em Walter Benjamin: resistência e inventividade. I Congresso Internacional Walter Benjamin: Barbárie e Memória Ética, PUCRS, 2018.
- GIACOIA, Oswaldo. Necessidade, liberdade e repetição: sobre a potência do paradoxo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, Rio de Janeiro, v. 46, p. 89-104, 2012.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- GUZMÁN, Patricio. *Nostalgia da Luz*. 2010.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- NOGUERA, R. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. *Momento - Diálogos em Educação*, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 127-142, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8806>. Acesso em: 27 out. 2022.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, v. 10, 1993.
- PARMIGGIANI, Claudio. Naufrágio da biblioteca queimada: cartografia de sombras. *Revista Gratuita*, n. 25, 2013.
- SHELDRAKE, Merlin. *A trama da vida: como os fungos constroem o mundo*. São Paulo: Fósforo / Ubu, 2021.

- SOUZA, Célia Ferraz de. *O Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: da concepção as permanências*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- TSING, Anna Lowenhapt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.
- TSING, Anna Lowenhapt. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2022.
- VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Brida Emanoele Spohn Cezar  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
E-mail: [bridacezar@gmail.com](mailto:bridacezar@gmail.com)

Luis Artur Costa  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
E-mail: [larturcosta@gmail.com](mailto:larturcosta@gmail.com)